

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO

TIAGO AUGUSTO SOARES DE SOUZA

**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DOS ALIMENTOS E SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL: AVANÇOS EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
NO BRASIL NO PERÍODO DE 2003 A 2016**

Vitória de Santo Antão

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO

TIAGO AUGUSTO SOARES DE SOUZA

**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DOS ALIMENTOS E SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL: AVANÇOS EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
NO BRASIL NO PERÍODO DE 2003 A 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Colegiado do Curso de Graduação em
Nutrição do Centro Acadêmico de Vitória da
Universidade Federal de Pernambuco em
cumprimento a requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Nutrição,
sob orientação da Professora Dra Vanessa Sá
Leal.

Vitória de Santo Antão

2018

Catálogo na fonte
Sistema de Bibliotecas da UFPE - Biblioteca Setorial do CAV.
Bibliotecária Jaciane Freire Santana, CRB4-2018

- S719a Souza, Tiago Augusto Soares de.
Programa de Aquisição dos Alimentos e Segurança Alimentar e Nutricional:
Avanços em segurança alimentar e nutricional no Brasil no período de 2003 a
2016/ Tiago Augusto Soares de Souza. - Vitória de Santo Antão, 2018.
44 folhas.; quad.: gráf.
- Orientadora: Vanessa Sá Leal.
TCC (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, CAV, Bacharelado
em Nutrição, 2018.
1. Fome. 2. Segurança alimentar e nutricional. 3. Direito Humano a
Alimentação e Nutrição Adequada. I. Leal, Vanessa Sá (Orientadora). II. Título.

363.82 CDD (23.ed.)

BIBCAV/UFPE-197/2018

TIAGO AUGUSTO SOARES DE SOUZA

**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DOS ALIMENTOS E SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL: AVANÇOS EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
NO BRASIL NO PERÍODO DE 2003 A 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Graduação em Nutrição do Centro Acadêmico de Vitória da Universidade Federal de Pernambuco em cumprimento a requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Nutrição, sob orientação da Professora Dra Vanessa Sá Leal.

Aprovado em: 12/12/2018

BANCA EXAMINADORA

Profa^o. Dra. Vanessa Sá Leal (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa^o. Dra. Wylla Tatiana Ferreira e Silva (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Nutricionista Mariana Nathália Gomes de Lima (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico a minha mãe Andréa Souza, a minha tia/madrinha/“segunda mãe” Gicélia Soares e a minha avó Albertina Soares. Mulheres incríveis e que são minhas referências de força, coragem e resistência. Gratidão por tudo, amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Ao universo, a natureza e as boas energias por me conduzirem durante essa trajetória.

Aos meus familiares por todo apoio, suporte e afeto. À **Ray Soares**, minha prima e grande amiga!

Aos meus amigos(as) de longas datas, obrigado por sempre se fazerem presente na minha vida mesmo que não seja fisicamente. À **Ray Vasconcelos** e a **Cris Reis**. Obrigado por tudo, meninas!!

Aos amigos que a graduação me apresentou: à **Virginia Souza, Cynthya Silva e Evelin Caroline**. Aos grupos “Levadinhs” em especial à **Caio César, Mari Gomes e Rafa Andrade**; e ao grupo “Sextou” em especial à **Deborah** e **Luana**. Vocês tornaram a graduação mais leve.

À minha orientadora, **Vanessa Leal**. Eu não consigo homonegea-la à proporção de sua grandeza. Gratidão pela orientação com maestria e empatia. A senhora é minha inspiração!

Ao CAV_rExiste, ao Diretório Acadêmico de Nutrição “Josué Vive“, ao RONEBAN e à ENEN (Executiva Nacional de Estudantes de Nutrição) por contribuírem com minha formação profissional, política e cidadã e pelas pessoas incríveis que conheci. À **Luana Queiroz** e a **Mylena Felix**, obrigado pela amizade e por me introduzirem ao movimento estudantil de Nutrição.

Aos professores por todos ensinamentos e por serem minhas fontes de inspiração. Obrigado professoras **Carmem Ambrósio, Juliana Oliveira, Wylla Tatiana, Flavia Morone, Célia Castro** e **Keila Brito**.

Ao pessoal da biblioteca do CAV pelo grande suporte, meu muito obrigado!

Ao ex-presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** por sempre olhar com carinho pro seu povo nordestino. E graças a sua política de expansão e interiorização do ensino superior pude ingressar à universidade.

E ao **CAV**, centro acolhedor onde vivi bons momentos.

MUITO OBRIGADO!!

“Denunciei a fome como flagelo fabricado pelos homens, contra outros homens.”

(Josué de Castro)

RESUMO

Estrutural, a problemática da fome no Brasil é reflexo da desigualdade socioeconômica e omissão do poder público. Apesar de um agravamento histórico, apenas nos anos de 2006 a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada (DHANA) foram normatizados no Brasil. E mais recentemente, em 2010, a Alimentação foi incluída como direito na Constituição Federal. Nesse sentido, a presente pesquisa trata-se de uma revisão da literatura com finalidade de levantar dados sobre as medidas criadas e/ou fortalecidas pelo poder público no intervalo de tempo de 2003 a 2016 que compreende os governos do ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da ex presidenta Dilma Vana Rousseff, além da análise da evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e sua influência nas condições de vida da população brasileira. Para tanto, foram utilizados 35 artigos científicos e oito relatórios de execução do PAA entre março e dezembro de 2018. Os artigos contemplaram as perguntas norteadoras: “Quais medidas (programas/ações) o poder público adotou para garantir o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada (DHANA) e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil no período de 2003 a 2016?” e, “Qual influência nas condições de vida da população brasileira o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) proporcionou?”. Além dos descritores em língua portuguesa, inglesa e espanhola: “fome”, “pobreza”, “Segurança Alimentar e Nutricional”, “Direito Humano a Alimentação e Nutrição Adequada”, entre outros em bases de dados como Lilacs, SciELO e Periódico Capes. Os relatórios foram incluídos de acordo com o período de tempo analisado na pesquisa e obtidos através da plataforma online da Secretaria de Avaliação e Gestão Geral (SAGI). Com base nos dados obtidos, evidencia-se maior enfoque na proteção social sobretudo na perspectiva da alimentação e nutrição nos governos Lula e Dilma. Das medidas criadas e/ou fortalecidas nesses períodos destacam-se: a Estratégia Fome Zero, Programa Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Cisternas, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e Programa Nacional de Alimentação Escolar. A evolução do PAA foi expressiva, de 2003 a 2016 foram destinados aproximadamente 4 bilhões de reais, cerca de 1 milhão de agricultores fornecedores, 374 milhões de pessoas atendidas e 4 bilhões de quilos de alimentos adquiridos. Entretanto, o programa recebeu cortes em 2016, e em 2017 a quantidade de agricultores fornecedores reduziu para 31 mil, 6 milhões de pessoas atendidas e 59 milhões de quilos de alimentos. Além disso, observou-se aumento de renda, aumento do consumo alimentar, incremento da autoestima e empoderamento do público, entre outros. Em síntese, esses dados mostram o amplo incentivo a SAN e ao DHANA promovido pelo governo petista; o PAA influenciou positivamente nas condições de vida da população brasileira entretanto a redução dos recursos sugerem retrocessos e extinção deste Programa por governos neoliberais onde o capital parece estar acima do bem estar social.

Palavras-chave: Fome. Pobreza. Segurança alimentar e nutricional. Direito Humano a Alimentação e Nutrição Adequada. Bem estar social. Programa de Aquisição de Alimentos.

ABSTRACT

Structural, the problem of hunger in Brazil is a reflection of socioeconomic inequality and omission of government power. In spite of a historical grievance, only in the years of 2006 the guarantee of Food and Nutrition Security and the Human Right to Food and Adequate Nutrition were standardized in Brazil. And more recently, in 2010, the food was included as a right in the Constitution. In this sense, the present research is a review of the literature with the purpose of collecting data on the measures created and / or strengthened by the government power in the interval of time from 2003 to 2016 that includes the governments of the former president Luiz Inácio Lula da Silva and former president Dilma Vana Rousseff, in addition to analyzing the evolution of the Programa de Aquisição de Alimentos (Food Acquisition Program) and its influence on the living conditions of the Brazilian population. For this purpose, 35 scientific articles and eight implementation reports of the PAA were used between march and december of 2018. The articles addressed the guiding questions: "What measures (programs / actions) did the public authority adopt to guarantee the Human Right to Food and Adequate Nutrition and Food and Nutrition Security in Brazil from 2003 to 2016?" and " What influence on the living conditions of the Brazilian population did the Programa de Aquisição de Alimentos (Food Acquisition Program) provide?". In addition to the descriptors in Portuguese, English and Spanish: "hunger", "poverty", "Food and Nutrition Security", "Human Right to Food and Adequate Nutrition", among others in databases such as Scielo, Lilacs, Periodic Capes. The reports were included in accordance with the period of time analyzed in the research and obtained through the online platform of the Secretaria de Avaliação e Gestão Geral (SAGI). Based on the data obtained, there is a greater focus on social protection especially from the perspective of food and nutrition in the governments Lula and Dilma. Of the Measures created and/or strengthened in these periods are evidenced: Estratégia Fome Zero, Programa Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Cisternas, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programa Nacional de Alimentação Escolar. The evolution of PAA was expressive from 2003 to 2016 were allocated approximately 4 billion of reais, around 1 million supplier farmers, 374 million people attended and 4 billion pounds of food purchased. However, the program received cuts in 2016, and 2017, the number of supplying farmers reduced to 31 thousand, 6 million people attended and 59 million pounds of food. In addition, there was an increase in income, increase in food consumption, increase self-esteem and empowerment, among others. In summary, the data are shown in the great incentive for SAN and DHANA promoted by the PT government; the PAA positively influenced the living conditions of the Brazilian population however, the reduction of resources suggests setbacks and extinction of this Program by neoliberal governments where capital seems to be above social welfare.

Keywords: Hunger. Poverty. Food and nutritional security. Human Right to Adequate Food and Nutrition. Social welfare. Programa de Aquisição de Alimentos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Principais políticas e programas de fomento a segurança alimentar e nutricional (SAN) criados e/ou fortalecidos no Brasil no período de 2003 a 2016.....	26
Quadro 2 – Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	30
Quadro 3 – Levantamento de estudos realizados sobre o PAA e sua influência nas condições de vida das famílias beneficiadas.....	36
Gráfico 1 – Evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2016 no Brasil.....	31
Gráfico 2 – Distribuição dos recursos do PAA por região em 2012.....	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – PAA: número de produtores, pessoas atendidas pelo programa e alimentos adquiridos entre 2003 e 2016.....	34
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
DHANA	Direito Humano a Alimentação e Nutrição Adequada
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EFZ	Estratégia Fome Zero
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
FAO	Food And Agriculture Organization of the United Nations
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBC	Programa Brasil Carinhoso
PBF	Programa Bolsa Família
PBM	Plano Brasil Sem Miséria
PFZ	Programa Fome Zero
PRONAF	Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação na Escola
PT	Partido dos Trabalhadores
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNB	Universidade de Brasília
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
ONU	Organizações das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 OBJETIVOS.....	14
2.1 OBJETIVO GERAL.....	14
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
3 JUSTIFICATIVA	15
4 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
4.1 Fome	16
4.2 Direito humano à alimentação e nutrição adequada e soberania alimentar.....	17
4.3 Segurança alimentar e nutricional (SAN): definição e breve contexto	17
4.4 Indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional.....	21
1. Método da Food and Organization (FAO)	21
2. Pesquisas de Orçamentos Domésticos.....	22
3. Avaliação do Consumo Dietético Individual	22
4. Antropometria.....	23
5 METODOLOGIA.....	25
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
6.1 Programas de promoção à SAN no Brasil no período de 2003 a 2016	26
6.2 Evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e sua influência nas condições de vida dos agricultores produtores	29
6.2.1 Evolução do programa de aquisição de alimentos no período de 2003 a 2016.....	31
6.2.2 Influência do PAA na condição de vida dos agricultores familiares fornecedores	35
7 CONCLUSÃO.....	39
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

A fome em países em desenvolvimento como o Brasil é estrutural e está associada à exploração dos colonizadores, à desigualdade social e a falta de políticas públicas efetivas e resolutivas. Na década de 30, o médico e geógrafo, Josué de Castro inicia sua imensurável contribuição sobre o fenômeno da fome em suas diferentes manifestações. Em 1946, Josué lança seu livro intitulado “Geografia da Fome: o dilema brasileiro do pão e aço” onde desenhou um mapa explanando sobre a fome em cinco regiões do Brasil. Castro (1946) evidencia que a fome não é por causa de fenômenos naturais inerentes a realidade local, mas sim por causas políticas.

Por volta da década de 40, a fome se destacou nos debates políticos e acadêmicos e o termo “Segurança Alimentar” ganhou notoriedade na Europa por causa da devastação oriundas das grandes guerras mundiais. No Brasil, o conceito de segurança alimentar apareceu pela primeira vez em 1986 em conjunto com outros elementos dentro de uma proposta política de abastecimento alimentar. Tal política não teve consequências práticas, pois naquela época a noção de segurança alimentar no país limitava-se a avaliar o controle do estado nutricional dos indivíduos, sobretudo avaliar a desnutrição infantil presente no país (PINTO, 2012).

Apesar dessas constatações e do grande número de indivíduos inseridos na condição de fome, apenas no ano de 2006 foi instituída a Lei nº 11.346 de 2006, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), um marco nas políticas públicas de alimentação e nutrição do país. Através da LOSAN definiu-se o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, econômica e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2017).

Além da LOSAN, destaca-se a inclusão do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada (DHANA) na Constituição Federal de 1988 através da Emenda Constitucional nº 64 em 2010, ambos, são marcos nas políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil. O DHANA consiste no acesso físico e econômico de todas as pessoas e/ou comunidades aos alimentos e os recursos, como emprego ou terra para garantir o acesso à alimentação e nutrição adequada de forma ininterrupta. O DHANA vem sendo construído e

consolidando-se ao longo do tempo, tendo origem na Declaração Universal dos Direitos Humanos na década de 40. Porém, embora incluído na Constituição Federal Brasileira não signifique necessariamente a realização desse direito na prática (BRASIL, 2006; BRASIL, 2010; ONU, 1948). Portanto, é dever do poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir o DHANA e a SAN da população.

No período de 2003 a 2016, nos governos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da ex-presidenta Dilma Vana Rousseff observa-se o enfoque na proteção social do país, sobretudo no que compreende a questão da fome. Dentre os programas de fomento a segurança alimentar e nutricional (SAN) criados e/ou fortalecidos nesse período evidencia-se o Programa Bolsa Família, Programa Cisternas, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura, Programa Nacional de Alimentação Escolar, entre outros. Destaca-se também o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) uma vez que desde a sua criação em 2003 até 2016 é possível observar a evolução do programa, sua amplitude, reconhecimento nacional e internacional e sua influência positiva nas condições de vida da população brasileira (BULLOW *et al.*, 2012).

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

- ✓ Descrever os programas de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional existentes no Brasil e analisar a evolução do Programa de Aquisição de Alimentos no período de 2003 a 2016.

2.2 Objetivos específicos

- ✓ Apresentar os programas de promoção da SAN no Brasil no período de 2003 a 2016.
- ✓ Analisar a evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e sua influência na condição de vida dos agricultores familiares beneficiados.

3 JUSTIFICATIVA

Essencial à existência humana, a alimentação supre as necessidades biológicas, sociais e emocionais além de fazer parte da cultura dos povos contribuindo com o desenvolvimento e bem estar dos mesmos. Em países emergentes como o Brasil a fome é um problema persistente onde na maioria das vezes é reflexo da desigualdade social e da omissão do poder público.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1999 identificou a existência de 44 milhões de pessoas muito pobres (com renda em cerca de R\$:80,00 reais mensais), já a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) através do relatório “O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo” em 2015 destaca os avanços brasileiros na redução do número de pessoas em situação de pobreza e fome entre os anos de 2003 a 2014, e evidencia queda no número de subalimentados em torno de 82,1%. Tais circunstâncias contribuíram para a saída do Brasil do mapa da fome em 2014. Atualmente, segundo o IBGE mais de 7 milhões de pessoas passam fome no Brasil inclusive a FAO aponta para a iminência do Brasil ao mapa da fome novamente (IBGE, 2013; FAO, 2014).

Nesse sentido, considerando o risco eminente da volta da fome e a desestruturação de programas de incentivo a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e garantia do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada (DHANA) justifica-se a realização deste levantamento bibliográfico. Ademais, além de ser uma obrigação do estado, é elucidado pela literatura científica que as políticas públicas de garantia à alimentação saudável são importantes para o desenvolvimento social e para o combate à fome no Brasil.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Fome

A fome não é um fenômeno recente no Brasil. Associada à exploração dos colonizadores, à desigualdade social e a falta de políticas públicas efetivas e resolutivas, a fome afeta consideravelmente a população. Na década de 30, o médico e geógrafo, Josué de Castro inicia sua imensurável contribuição sobre o fenômeno da fome em suas diferentes manifestações. Em 1932, Josué realiza o Inquérito Sobre as Condições de Vida das Classes Operárias no Brasil, associando a fome à baixa produtividade dos operários. Posteriormente a publicação serviu como base para a formulação do salário mínimo que passou a vigorar na década de 40 (BRASIL, 2011).

Em 1946, Josué lança seu livro intitulado “Geografia da Fome: o dilema brasileiro do pão e aço” onde o mesmo fez um mapa explanando sobre a fome em cinco regiões do Brasil. Castro (1946) evidencia que a fome não é por causa de fenômenos naturais inerentes a realidade do local, mas sim por causas políticas. Além disso, o autor no prefácio do livro questiona a escassez de escritos sobre o fenômeno da fome em suas diferentes manifestações pela academia. Ele questiona sobre o silêncio em torno de algo tão marcante e que se apresenta com regularidade.

Em seguida, o autor argumenta que o silêncio é premeditado pela própria alma da cultura, pois não há interesse moral e político em se falar de um tema assim, não publicamente (CASTRO, 1946). De ordem moral, Josué visibiliza a questão dos instintos humanos. A fome de alimentos assim como a fome sexual fazem partes do instinto humano, logo não são de forma alguma interessantes para uma sociedade racionalista como a nossa (CASTRO, 1946). Em sua fase mais decadente, afirma o autor, a sociedade vem intensamente negando os instintos humanos e considerando-os como forças desprezíveis. Sendo assim, o sexo e a fome tornam-se assuntos tabus, impuros e escabrosos e por isto indignos de serem tocados (CASTRO, 1946).

A ausência de estudos sobre o fenômeno da fome dificulta a definição do termo. Castro (1946) identifica a fome em duas formas distintas: a endêmica e a epidêmica. A primeira é provocada por guerras, catástrofes ecológicas e/ou políticas. A segunda, parte da subalimentação, ou seja, uma alimentação abaixo do necessário por falta de alimentos, embora o ambiente seja propenso à produção alimentícia (CASTRO, 1946). Para Monteiro (2003), a pobreza corresponde a condição de não satisfação das necessidades humanas básicas como alimentação, saúde, educação, moradia, vestuário, entre várias outras. Quanto à fome,

ele a divide em crônica e a aguda. A fome aguda equivale à urgência de se alimentar; é a ausência de alimentos na casa. E a fome crônica, de caráter permanente, está relacionada com uma alimentação que não consegue prover energias e nutrientes para a manutenção do organismo do indivíduo e para o desempenho de suas atividades cotidianas. Apenas recentemente a fome foi considerada uma manifestação de insegurança alimentar e nutricional a que está submetida uma população ou um grupo de pessoas (MONTEIRO, 2003).

A pobreza e a fome inserem o indivíduo em situação de insegurança alimentar e nutricional (INSAN) que compreende a falta de disponibilidade e o acesso das pessoas aos alimentos. Por exemplo, uma casa é considerada em INSAN quando seus ocupantes vivem com fome ou com medo da inanição. Em 1999, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou a existência de aproximadamente 45 milhões de pessoas muito pobres. Atualmente, essa problemática assume especial importância pela priorização do governo no combate à fome e à miséria contribuindo assim para a diminuição de insegurança alimentar e nutricional. Entretanto, atualmente segundo o IBGE mais de 7 milhões de pessoas passam fome no Brasil (IBGE, 1999; IBGE, 2013; GUBERT *et al.*, 2010).

4.2 Direito humano à alimentação e nutrição adequada e soberania alimentar

Os direitos humanos são valores universais que ganharam corpo e maior expressão pela ONU na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. O documento jurídico procura materializar, em termos legais, a repulsa ao nazi-fascismo europeu. Em 1996 na Roma, realizou-se a Cúpula Mundial de Alimentação, na qual foi firmada a Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar e Nutricional Mundial e o Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação. Ambos os instrumentos correspondem a um novo marco rumo à consolidação dos objetivos em torno da alimentação (BURITY *et al.*, 2010).

No Brasil, resultante de mobilização da sociedade civil a alimentação foi incluída no artigo sexto da Constituição Federal de 1988 pela Emenda Constitucional nº64 em 2010. O Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada (DHANA) é imprescindível para a sobrevivência humana, esse direito consiste no acesso físico e econômico de todas as pessoas e/ou comunidades aos alimentos e aos recursos, como emprego ou terra, para garantir esse acesso de forma ininterrupta. Para garantir a realização do DHANA o estado brasileiro tem a obrigação de assegurar, respeitar e promover a alimentação da população. Por sua vez, a população deve exigir do estado o cumprimento desse direito. Outro marco nas políticas

públicas é a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) que foi sancionada em 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e configura-se como mecanismo de exigibilidade do DHANA. A LOSAN dá ao cidadão condições de exigir do estado o cumprimento do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada (DHANA) (BURITY *et al.*, 2010).

Durante muitas décadas e a partir de influências de países centrais e desenvolvidos, o Brasil procurou responder ao problema da fome tentando revolucionar o modelo de produção alimentar no país. A chamada Revolução Verde consistiu em uma campanha de modernização da agricultura familiar mediante a introdução de um pacote tecnológico baseado no uso intensivo de máquinas, fertilizantes químicos e agrotóxicos para aumentar a produção e consequentemente acabar com a fome. Introduziu-se, assim, um modelo agroexportador centrado nas monoculturas que favoreceu a concentração das empresas e do capital em detrimento da agricultura familiar. Atualmente há 30 conglomerados transnacionais controlando a maior parte da produção, da industrialização e do comércio agroalimentar no mundo, violando a soberania alimentar e a promessa de acabar com a fome não foi cumprida (BURITY *et al.*, 2010).

A noção de soberania alimentar esteve presente nos debates de segurança alimentar e nutricional na Cúpula Mundial de Alimentação e no Fórum Mundial sobre segurança alimentar (PINTO, 2012). Definida como o direito de uma nação ou região de produzir com autonomia e de poder manter e desenvolver sua capacidade de produzir colheitas de alimentos básicos com a diversidade de cultivos correspondentes, o conceito de soberania alimentar alinha-se e fortalece a segurança alimentar e nutricional do país. Para alcançar um pleno entendimento sobre o conceito de soberania alimentar é necessário olhar para o passado e visualizar as questões do acesso a terra e da produção de alimentos no Brasil. É fundamental também entender que a crescente pressão a favor do agronegócio, com ênfase nos cultivos de exportação, mais recentemente nos cultivos envolvendo a transgenia e a rápida expansão dos agrocombustíveis (cana-de-açúcar, milho, soja, palma, eucalipto etc) cada vez mais transformam a agricultura e o fornecimento de alimentos nesse molde impacta negativamente no meio ambiente e sociedade (PINTO, 2012).

4.3 Segurança alimentar e nutricional (SAN): definição e breve contexto

Internacionalmente, sobretudo na Europa, a preocupação com a fome e a pobreza tiveram maiores repercussões no século XX, a partir da devastação causada pela Primeira Guerra Mundial. O termo “Segurança Alimentar” surgiu também nesse período com a

escassez de alimentos na Europa, abalada pós-guerra e o seu povo sendo privado de alimentos. Além disso, os líderes europeus tinham consciência de que uma nação pode conquistar outra durante conflitos quando se domina a produção e o controle de fornecimento de alimentos. Após alguns anos, no final da década de 30, eclode a Segunda Guerra Mundial com poder de destruição maior e com expansão dos conflitos que iam além das fronteiras europeias atingindo negativamente, de forma direta e/ou indireta, e economia mundial (SILVA *et al.*, 2015).

As Nações Unidas, na década de 40, convocou a comunidade internacional para debater estratégias para combater a fome e reerguer os países após a guerra. A Conferência de Alimentação de Hot Springs, EUA, marcou o comprometimento com a problemática da fome. E da conferência foi retirada algumas proposições, uma das mais importantes foi a criação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) – que veio ocorrer em 1945 e com intensa participação do Brasil. Embora traçadas estratégias, a crise mundial de alimentos não cessou e foi necessário realizar a I Conferência Mundial de Alimentação das Nações Unidas, na década de 70, em Roma. Nessa conferência o conceito de Segurança Alimentar foi elevado e passou a ser definido como a “garantia de adequado suprimento alimentar mundial para sustentar a expansão do consumo e compensar eventuais flutuações na produção e nos preços dos alimentos” (PINTO, 2012; SILVA, 2015).

No Brasil o conceito de Segurança Alimentar apareceu pela primeira vez em 1986 em conjunto com outros elementos dentro de uma proposta política de abastecimento alimentar. Formulada por uma equipe contendo técnicos do Ministério, essa política teve poucas consequências práticas, pois naquela época no Brasil a noção de Segurança Alimentar limitava-se a avaliar o controle do estado nutricional dos indivíduos, sobretudo avaliar a desnutrição infantil bem presente e intensa no país (PINTO, 2012). O desenvolvimento do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional está relacionado com a ampliação das suas bases, deixando de ser apenas a garantia de produção suficiente de alimentos para um conceito mais complexo que garanta não só a alimentação, mas que também não anule outros direitos básicos.

De acordo com o documento aprovado na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional o termo que nomeia a conferência consiste na "realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2006).

O conceito de SAN é complexo e para facilitar o entendimento é necessário dividi-lo em dimensões, são elas: dimensão alimentar, relacionada à disponibilidade (produção e comercialização) e acesso (físico ou financeiro) ao alimento; e a dimensão nutricional que considera os fatores envolvidos na determinação de práticas alimentares (disponibilidade local e acesso aos alimentos, cultura e hábitos alimentares) como os relacionados à sua utilização pelo organismo (qualidade e sanidade dos alimentos, sanidade do ambiente, estado nutricional e de saúde) (PINTO, 2012).

A primeira dimensão envolve a questão do acesso a terras. O Brasil é um dos países com maior concentração de terras do mundo, sendo também um dos maiores produtores. Entretanto, o monopólio de terras e a monocultura ainda são obstáculos para a realização plena do direito humano a alimentação e nutrição adequada. O acesso ao alimento seja ele físico e/ou financeiro choca-se com outro problema enraizado no país: a desigualdade na distribuição de rendas. E o componente nutricional; disponibilidade local e acesso aos alimentos cultura e hábitos alimentares são a terceira e última dimensão (FREITAS; PENA, 2007; PINTO, 2012).

A disponibilidade de alimentos envolve como já citada questões como a capacidade de produção e oferta de alimentos. O Brasil é um dos países com maior concentração de terras do mundo, sendo também um dos maiores produtores. Entretanto, tal disponibilidade não se reflete no consumo dos brasileiros devido à combinação de fatores enraizados e propagados ao longo da história do país. O primeiro fator é a alta concentração de terras e a improdutividade das mesmas. E o segundo fator são o não acesso às terras produtivas e/ou improdutivas, a tradicional política de privilégios dos grandes proprietários sobre as políticas públicas e créditos oferecidos pelo governo, além de priorização dos produtos exportáveis, em detrimento do mercado interno como fomento à monocultura e seus danos sociais e ambientais (COMPARATO, 2000; PINTO, 2012). Em contraste com a monocultura do agronegócio, os assentados rurais, inclusive do Movimento dos Sem Terra – movimento este que luta há muitas décadas pela reforma agrária, pelo direito a terra e pela soberania alimentar – são responsáveis por 70% da alimentação do brasileiro segundo o senso Agropecuário de 2006 (IBGE, 2010; PINTO, 2012; BARBOSA, 2016).

O acesso aos alimentos que compreende as condições de adquirir alimentos em quantidade e com qualidade. Porém, há uma barreira histórica: a desigualdade social. O Brasil é um país onde a desigualdade de renda é forte, o que dificulta e muitas vezes impossibilitam os mais vulneráveis de terem acesso aos alimentos. Outras dificuldades relativas ao acesso aos alimentos são: acesso à água de qualidade; acesso à moradia e saneamento básico

(PEDRAZA, 2005; PINTO, 2012). Em relação às condições que interferem na utilização biológica de alimentos é necessário considerar os determinantes do estado nutricional e de saúde, tais como hábitos alimentares; cultura; renda; escolaridade; educação nutricional e educação em saúde, entre outros, além da sanidade dos alimentos que envolvem os aspectos microbiológicos, de higiene e qualidade nutricional assim como ausência de agrotóxicos, hormônios, antibióticos, contaminantes químicos, manipulações genéticas, etc.

4.4 Indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional

Para medir a segurança alimentar e nutricional existem vários métodos que se diferenciam entre si por contemplar dimensões do fenômeno de formas distintas, mas que juntos tornam-se complementares. Dentre os métodos de avaliação, destacam-se os indicadores que são medidas-sínteses que servem para fornecer informações relevantes sobre determinados atributos e dimensões do estado de segurança alimentar, visando informar aspectos da realidade ou mudanças em processos tendo em vista a formulação de políticas públicas, além de esclarecer mudanças e os determinantes dos diferentes fenômenos (GALESI *et al.*, 2009).

Segundo Galesi *et al.* (2009) cada método avalia a insegurança alimentar e nutricional seguindo uma escala e uma ótica própria. Por exemplo, há métodos que avaliam o fenômeno à nível nacional, outros no âmbito domiciliar e até mesmo individual. Portanto, quanto mais métodos utilizados na avaliação maior o número de aspectos avaliados e, portanto mais completa e abrangente tenderá ser a visão obtida da situação alimentar e nutricional (GALESI *et al.*, 2009). Na literatura encontram-se cinco métodos para avaliar SAN bastante discutidos e difundidos, são eles: o método da *Food and Agriculture Organization* (FAO); Pesquisa de Orçamento Familiar (POF); Avaliação do Consumo Dietético Individual; Antropometria; Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (E-BIA).

1. Método da *Food and Organization* (FAO)

Esse método para avaliar SAN parte da estimativa de calorias disponíveis por habitante de um país baseando-se na balança de alimentos e nas pesquisas de orçamentos domésticos. São utilizadas informações nacionais sobre estoque, produção, importação, exportação e desperdício de alimentos. Além, outras informações também são obtidas, como: total de calorias disponíveis, população do país no ano de interesse, ingestão energética média, coeficiente de variação desta ingestão e o valor de referência que estabelece a

necessidade energética mínima per capita. Este método é de baixo custo, onde é possível comparar os dados com outros países e analisar tendências da disponibilidade energética per capita ao longo dos tempos. Entretanto, o método apresenta informações com alto grau de imprecisão, além de não medir o acesso dos alimentos ou qualidade da dieta e confere mais importância ao consumo médio de energia em detrimento a distribuição desta energia (GALESI *et al.*, 2009).

2. Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF)

As Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) são entrevistas realizadas em domicílios onde um morador qualificado fornecerá informações sobre a renda familiar total, o valor total gasto na aquisição de alimentos e no suprimento das demais necessidades durante um período de referência (PESSANHA *et al.*, 2008; GASELI *et al.*, 2009). O método requer tais informações: preços dos alimentos consumidos tanto dentro quanto fora do domicílio com as quantidades compradas ou despesas efetuadas; alimentos recebidos, por algum membro da família, como presente ou forma de pagamento por trabalho realizado; e alimentos produzidos no domicílio. Essas informações possibilitam estimar o consumo alimentar médio que, através das tabelas de conversão de alimentos em calorias, fornece a média de quilocalorias consumidas no domicílio por pessoa/dia (PESSANHA *et al.*, 2008).

Para Pessanha *et al.* (2008), uma das principais vantagens do método está na possibilidade de realizar medições múltiplas, válidas e pertinentes em termos de ação, dos seguintes aspectos: adequação da energia alimentar nos domicílios; variedade do regime alimentar – que é uma medida da qualidade da alimentação; e percentual dos rendimentos gasto com a alimentação – que é uma medida da vulnerabilidade à penúria de alimentos. Quanto às desvantagens, é possível observar que as pesquisas de orçamentos domésticos investigam a aquisição de alimentos para o domicílio todo, mas não consegue fornecer informações sobre a ingestão de alimentos por cada morador. Tendo em vista a dificuldade em quantificar a parcela da disponibilidade que é suprida ou absorvida pelo estoque doméstico; a quantidade de alimentos que é desperdiçada ou que não é destinada aos moradores, entre outros fatores (PESSANHA *et al.*, 2008).

3. Avaliação do Consumo Dietético Individual

Este método baseia-se na ingestão alimentar, onde, através do Recordatório de 24h, Questionário de Frequência Alimentar e/ou Registro Alimentar será avaliado a insegurança alimentar e nutricional. As informações obtidas através dessas ferramentas possibilitará a avaliação da adequação do consumo energético e de nutrientes da população. Assim como

todos os métodos, a avaliação do consumo dietético individual possui vantagens e desvantagens. Tratando-se das vantagens, através deste método é possível analisar o atual consumo alimentar do indivíduo; avaliação da ingestão tanto a curto quanto a médio e longo prazo. Entretanto, como desvantagens essas informações dependem da memória do entrevistado, além da alta variabilidade interpessoal na ingestão de nutrientes; dificuldade para estimar o tamanho das porções; omissão de alimentos; incerteza dos requerimentos humanos acerca de alguns nutrientes entre outros fatores que afetam a precisão do método (GALESI *et al.*, 2009).

4. Antropometria

É possível avaliar a insegurança alimentar através da mensuração do corpo humano, tendo em vista seu tamanho, proporções e sua composição. As técnicas de medições antropométricas são altamente padronizadas e segundo Galesi *et al.* (2009) quando efetuadas por pessoas capacitadas, seguindo procedimentos normatizados, são amplamente reproduzíveis. Os indicadores antropométricos mais utilizados nas pesquisas nacionais são as medidas de peso e comprimento em qualquer fase da vida e são interpretados tomando como base a utilização de valores de referência com validade científica. Dentre as vantagens, os indicadores antropométricos possibilitam o monitoramento desde o nível nacional até o nível individual, a um custo relativamente baixo quando comparado aos das avaliações dietéticas. Entretanto, uma desvantagem é que a antropometria não reflete, exclusivamente, a adequação do consumo alimentar ou a suficiência da ingestão energética uma vez que outros fatores ambientais, como por exemplo, infecções, influencia o estado nutricional do indivíduo.

5. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (E-BIA)

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) é uma escala psicrométrica importada com 14 questões que avalia a insegurança alimentar no Brasil por meio da percepção e da experiência das pessoas com a fome. Oriunda dos Estados Unidos, a EBIA passou por modificações e validação para adequar-se a realidade brasileira. Sua origem vem da Universidade de Cornell, nos Estados Unidos, onde pesquisadores desenvolveram um projeto para estudar o fenômeno da fome de forma direta. Essa pesquisa foi dividida em duas etapas: qualitativa e quantitativa. Primeiro, realizou-se uma abordagem qualitativa com pessoas que já vivenciaram a fome e posteriormente a partir das experiências relatadas foi criado a etapa quantitativa. A pesquisa foi realizada com 32 mulheres de uma cidade do interior de Nova Iorque com diferenças entre si quanto a estado civil, escolaridade, raça e local de residência – urbano ou rural (KEPPLE *et al.*, 2011).

A abordagem quantitativa foi realizada pela aplicação de um questionário com perguntas sobre privação de alimentos e como elas se sentiam quanto à privação. A partir das análises, surgiram os conceitos de fome a nível individual e coletivo (domiciliar). A nível individual definiu-se que passar fome é ficar sem comer por 3 ou 4 dias ou “não conseguir dormir porque o estomago dói”. Já a nível domiciliar passar fome é quando não tem nada pra comer absolutamente, é ter comida, porém monótona e que sabe que vai acabar ou mandar os filhos para brincar na casa dos amiguinhos na hora do almoço para que eles possam comer algo. Portanto, a partir de análises, o resultado da pesquisa mostrou que a insegurança alimentar tem caráter progressivo, pois inicialmente os adultos começam a pular refeições ou reduzi-las e posteriormente as crianças começam a passar por essas experiências caracterizando-se como uma situação de insegurança alimentar e nutricional grave (ANGULO, 2014).

Para validar o questionário brasileiro cinco instituições brasileiras (UNICAMP, UNB, UFPB, UFMT e INPA) participaram e através de abordagens metodológicas e quantitativas foi criado o questionário de insegurança alimentar no Brasil. A primeira etapa da validação consistiu na análise pelas instituições citadas das 18 questões do indicador de Cornell. Em seguida, ocorreu um estudo de validação em 4 áreas urbanas e 5 áreas rurais. Foram colhidas informações sobre a renda familiar e consumo diário de alimentos e para área rural houve perguntas referentes à produção agrícola e produção de alimentos para autoconsumo. A etapa de validação pode concluir que a EBIA é um importante instrumento para diagnosticar a insegurança alimentar no Brasil, pois o mesmo mede de forma direta a percepção da vivência da fome e da IA, tornando-se uma medida que expressa o acesso aos alimentos e proporciona alta confiabilidade da escala, pois traduz a experiência de vida com a insegurança alimentar. E a escala originalmente de 18 passou a ter 14 questões (ANGULO, 2014).

5 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão da literatura construída no período de março a dezembro de 2018. A revisão foi realizada centrada nas perguntas norteadoras: “Quais medidas (programas/ações) o poder público adotou para garantir o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada (DHANA) e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil no período de 2003 a 2016?” e, “Qual influência nas condições de vida da população brasileira o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) proporcionou?”.

Como estratégia de busca para seleção dos estudos foram consultadas as bases de dados Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Períodos Capes. A busca nas fontes supracitadas foi realizada tendo como termos descritores em língua portuguesa, inglesa e espanhola: “fome”, “pobreza”, “alimentação”, “segurança alimentar e nutricional”, “insegurança alimentar e nutricional”, “direito humano a alimentação e nutrição adequada”, “bem estar social”, “políticas públicas”, “agricultura familiar”, “Governo Lula”, “Governo Dilma” e “Brasil” (para a localização de artigos conduzidos com a população nacional).

Consultou-se também leis, decretos, relatórios, entre outros documentos governamentais na plataforma online do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. No total, foram 68 artigos selecionados a partir do título que citava o Programa de Aquisição de Alimentos, após a leitura, apenas 35 foram inclusos por contemplarem as perguntas norteadoras. Quanto aos relatórios de execução do PAA, foram utilizados 8 relatórios oriundos através das plataformas online do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), da Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação (SAGI) e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 Programas de promoção à SAN no Brasil no período de 2003 a 2016

No período de 2003 a 2016, referente aos governos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da ex-presidenta Dilma Vana Rousseff ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), as medidas de proteção social foram intensificadas, sobretudo em relação às políticas públicas de alimentação e nutrição.

Esse período foi marcado pela criação da estratégia de erradicação da fome como o Programa Fome Zero (PBZ) que transformou-se em Estratégia Fome Zero (EFZ); criação de programas de fomento à SAN, como o Programa Bolsa Família (PBF), Programa Cisternas, entre outros; incentivos à agricultura familiar com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ampliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além da instituição da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e a inclusão da alimentação na Constituição Federal de 1988 em 2010. O Quadro 1 apresenta as principais políticas públicas e programas de fomento à segurança alimentar e nutricional (SAN) criados e/ou fortalecidos nesse período.

Quadro 1 - Principais políticas e programas de fomento à SAN criados e/ou fortalecidos no Brasil no período de 2003 a 2016

Incentivos à Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil	Ano	Descrição
Estratégia Fome Zero (EFZ)	2003	Estratégia intersetorial de combate à fome e a extrema pobreza.
Programa Bolsa Família (PBF)	2003	Programa de transferência condicionada de renda.
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	2003	Programa de enfrentamento da fome, da pobreza e de fortalecimento da agricultura familiar.
Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas)	2003	Programa de promoção ao acesso à água para o consumo humano, produção de alimentos e criação de animais.
Plano Brasil sem Miséria (PBM)	2011	Estratégia de erradicação da pobreza baseada no alívio imediato da extrema pobreza, equidade e acesso aos serviços públicos.

Programa Brasil Carinhoso (PBC)	2012	Programa de transferência de renda com ênfase na educação infantil.
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*	2003-2016	Programa de fortalecimento da agricultura familiar.
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*	2003-2016	Programa de alimentação na escola.

*Programas que já existiam porém foram fortalecidos no período avaliado.

Fonte:BRASIL, 2017.

Um dos principais objetivos de Lula como presidente era combater a fome e a miséria; do ponto de vista sociológico pode-se associar esse intenso desejo em alimentar seu povo pela sua própria experiência como nordestino vítima da seca e fome. Eleito em 2003, Lula cria no mesmo ano o Programa Fome Zero (PFZ) que posteriormente transformou-se numa estratégia de erradicação da fome. Para Tomazini *et al.* (2016), a estratégia representou inicialmente a principal resposta política na área social do novo governo. Coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), as iniciativas da Estratégia Fome Zero iam da transferência condicionada de renda às famílias mais pobres ao fortalecimento da agricultura familiar, construção de cisternas, construção de restaurantes populares e de banco de alimentos além de ações de educação alimentar e nutricional (TOMAZINI, 2016).

A EFZ recebeu inúmeras críticas, mas foi um marco nas políticas públicas de alimentação e nutrição e seus principais pontos positivos foram: o alívio imediato da extrema pobreza, a entrada e consolidação do tema da fome na agenda política além da mobilização social (BATISTA FILHO, 2003). No mesmo ano de extinção do Fome Zero, criou-se o Programa Bolsa Família (PBF). O PBF é a união de vários outros programas e consiste na transferência condicionada de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza (BRASIL, 2017). Segundo Santos (2011), o desemprego estrutural, ampliação da pobreza, estratificação social e violência podem explicar a existência dos programas de transferência de renda no mundo. Os programas de transferência de renda a nível internacional já era uma realidade no enfrentamento de questões sociais em diversos países. Nos Estados Unidos em 1935, por exemplo, já existia o “Auxílio às Famílias com Crianças Dependentes (AFCD)”, na Grã-Bretanha em 1948 instalou o *Income Support* com a finalidade de ajudar as famílias na criação de seus filhos, entre outros (SOUZA; FONSECA, 1997; SANTOS, 2011). Atualmente, o PBF beneficia aproximadamente 14 milhões de famílias em todos os municípios brasileiros.

Quanto ao desenvolvimento rural, no governo de ambos os presidentes houve a criação de medidas compensatórias para o fortalecimento da agricultura familiar, pois a proposta de reforma agrária prometida na campanha não foi cumprida. Dentre as medidas compensatórias destacam-se: a ampliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; com aumento dos recursos disponíveis para os contratos de custeio e investimento, além da criação de grupos específicos como o “PRONAF Mulher” e “PRONAF Jovem”, inserindo assim grupos historicamente excluídos. E a criação de mais dois programas: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Apoio à Captação da Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas) (PAULA; GOMÉZ; TRACZ, 2017).

Instituído em 2003 através da Lei Nº12.873/2013 e regulamentado pelo Decreto Nº 8.038/2013 o Programa Cisternas tem como objetivo a promoção do acesso à água para o consumo humano e para produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples de baixo custo. O público alvo são famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água, com prioridade para povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2017).

O Programa Cisterna consiste na construção de cisternas que podem ser: Cisterna familiar de água para o consumo, instaladas ao lado das casas e com capacidade de armazenar 16 mil litros de água potável; Cisterna Escolar de água para o consumo, instaladas em escolas do meio rural e com capacidade de armazenar 52 mil litros de água potável; e Cisterna de água para produção, com capacidade de 52 mil litros de água, de uso individual ou coletivo das famílias. Revolucionário, o Programa Cisternas, contribui para a diminuição da incidência de doenças de veiculação hídrica e possibilitou que os integrantes das famílias, especialmente as mulheres, diminuíssem o tempo despendido na obtenção de água para beber e para as atividades domésticas (SOUSA *et al.*, 2017).

Quanto ao governo de Dilma Vana Rousseff, primeira presidenta mulher do Brasil, eleita em 2011, manteve o plano do governo antecessor e Bullock *et al.* (2012) destaca que o primeiro mandato da presidenta foi similar ao primeiro ano do governo Lula: “en 2003, destacando se las pocas innovaciones institucionales, concentradas en el combate a la pobreza y el control de la inflación y de los gastos públicos”. Durante seus mandatos, o país recebia o reflexo da crise econômica mundial e a presidenta não conseguia aprovar projetos por falta de apoio parlamentar. Em seu governo, destacam-se os programas: Plano Brasil Sem Miséria e Brasil Carinhoso. Ambos segundo Bullock (2012) são considerados fundamentais para manter diminuição da desigualdade social (BULLOCK *et al.*, 2012).

O Programa Brasil Carinhoso consiste na transferência de renda direta com o objetivo de dar suporte para a educação infantil, segurança alimentar e nutricional (SAN) e contribui com ações de cuidado integral para garantir o acesso e a permanência das crianças nas escolas. O público alvo são crianças de zero a 48 meses matriculadas em creches públicas ou conveniadas com o governo federal cujas famílias sejam beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF). Lançado em 2011, o plano Brasil Sem Miséria consiste numa estratégia para erradicar a pobreza no país e tem como pilares: garantia de renda para alívio imediato da extrema pobreza, promoção da equidade reduzindo as lacunas de desigualdade social, acesso aos serviços públicos e inclusão produtiva visando aumentar as capacidades e oportunidades de trabalho (PAES-SOUSA;VAITSMAN, 2014).

6.2 Evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e sua influência nas condições de vida dos agricultores produtores

Embora um marco nas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) ampliado no governo petista sozinho não foi suficiente para o desenvolvimento socioeconômico do segmento. A partir dos anos 2000 os movimentos sociais do campo intensificaram as reivindicações exigindo ações e apoio à comercialização de seus produtos, acesso a mercados e a garantia de preços. Oriundo desse contexto de reivindicações, lutas e alinhado com a Estratégia Fome Zero, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 23 de julho de 2003, por meio da Lei nº 10.696, cria o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (CAVALCANTI *et al.*, 2017).

O PAA têm como finalidades o incentivo à agricultura familiar, o acesso à alimentação das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de fortalecer os circuitos comerciais locais e regionais (CAVALCANTI *et al.*, 2017). O programa é dividido em seis modalidades como mostra o quadro 2 e faz ligação com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Quadro 2 - Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos. Brasil, 2018.

Modalidade	Descrição	Fonte de Recursos	Executor	Formas de acesso
1.Compra para Doação Simultânea (CPR Doação)	Consiste na promoção da articulação entre a produção de agricultores organizados e as demandas locais de entidades visando as pessoas em insegurança alimentar e nutricional.	MDS	CONAB, Estados e Municípios	Individual, grupos informais, cooperativas e associações
2.Formação de Estoques	Consiste na compra de alimentos da safra vigente para a formação de estoque.	MDS E MDA	CONAB	Cooperativas e associações de produtores
3.Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF)	Aquisição de alimentos para distribuição ou para formação de estoques públicos.	MDS e MDA	CONAB	Individual, grupos informais, cooperativas e associações.
4.Incentivo à Produção e Consumo de Leite	O PAA-leite consiste na compra de leite in natura e distribuído para as famílias cadastradas.	MDS	Estados do NE e MG (norte)	Individual, grupos informais, cooperativas e associações.
5.Compra Institucional	Destina-se a atender as demandas alimentícias regulares de instituições, como restaurantes universitários, unidades prisionais, hospitais, academias de polícia, etc.	Proponente	Proponente	Cooperativas e associações
6.Aquisição de Sementes	Compra de sementes de beneficiários produtores para beneficiários consumidores.	MDS e CONAB	CONAB	Individual, grupos informais, cooperativas e associações.

Fonte: BRASIL, 2016.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um dos programas mais antigos de SAN onde é garantido refeições para estudantes de escolas públicas e filantrópicas de todo o Brasil. Assim como o PRONAF, o PNAE também foi fortalecido nos governos do PT, devendo-se destacar desde o aumento de recursos a dois marcos: inclusão do profissional Nutricionista como responsável técnico do programa e a obrigatoriedade de 30% dos alimentos utilizados na alimentação escolar serem oriundos da agricultura familiar.

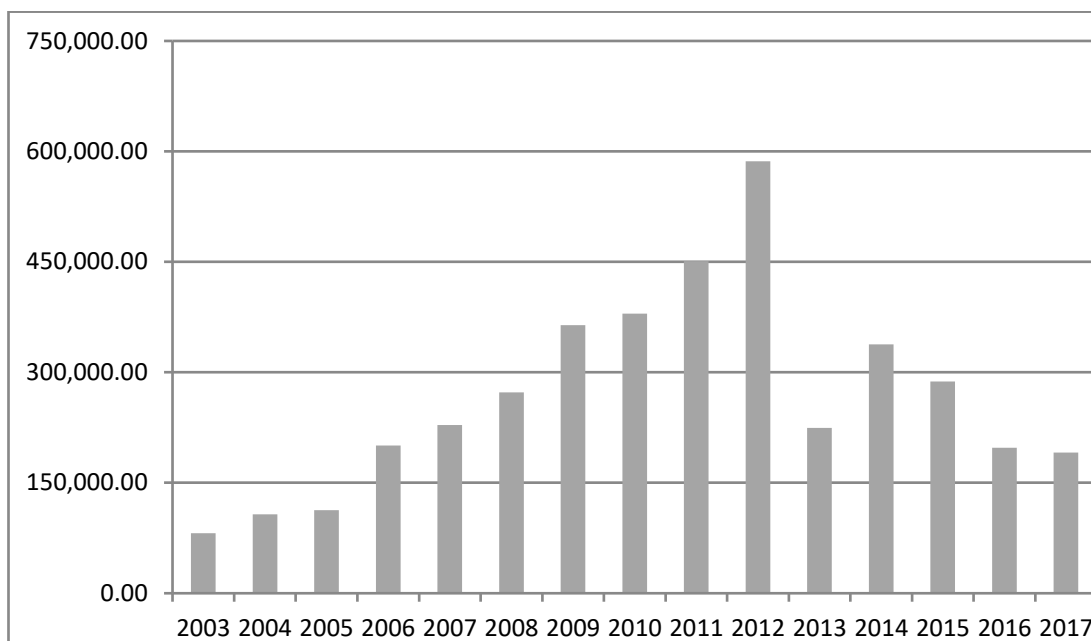
Segundo a Lei nº 11.947/2009 o profissional de Nutrição, responsável técnico do programa, é o mais capacitado para o planejamento de cardápios, levando em consideração os diferentes aspectos da comunidade escolar como, por exemplo, hábitos alimentares regionais; gestão de compras, sendo, que no mínimo 30% do valor do repasse deve ser investido na aquisição de produtos da agricultura familiar; treinamento e reciclagem de merendeiras e equipes de cozinha; supervisão do cumprimento do cardápio e do controle higiênico e sanitário, entre outros (CÔRREA *et al.*, 2017). A obrigatoriedade do repasse de pelo menos 30% dos recursos para a agricultura familiar fortalece o PAA ao mesmo tempo garante alimentos saudáveis, naturais e geralmente livre ou com redução de agrotóxicos para as crianças, jovens e adultos.

6.2.1 Evolução do programa de aquisição de alimentos no período de 2003 a 2016

A origem dos recursos investidos no programa variou ao longo dos 14 anos. Entre 2003 a 2005 o PAA foi operacionalizado somente com recursos do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) através do Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza. A partir de 2006, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) por intermédio da Secretaria da Agricultura Familiar passou a compor o Conselho gestor do programa com dotação orçamentária própria e disponibilizando recursos para a aquisição de produtos e a formação dos estoques e de suas organizações. Atualmente o orçamento do PAA é composto principalmente por recursos do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD) e vem sendo executado desde a sua criação por estados e municípios em parceria com o MDS e com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (HESPANHOL, 2013).

O gráfico 1 mostra a evolução dos recursos orçamentários oriundos da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) nos 14 anos do programa. De 2003 a 2016 o total dos recursos injetados no PAA foi de aproximadamente R\$:3.832.385,43 bilhões de reais. Observou-se que entre 2010 e 2012 houve crescimento nos investimentos onde os valores em 2011 chegaram a R\$451,036,20 milhões e em 2012 a R\$:600,000.000 milhões de reais aplicados. A partir de 2013 os recursos foram reduzindo para R\$:224.517,000 milhões de reais, em 2016 para R\$197.577,000 milhões de reais e 2017 com R\$:191.335,000 milhões de reais.

Gráfico 1 – Evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2016.



Fonte: Conab (2018)

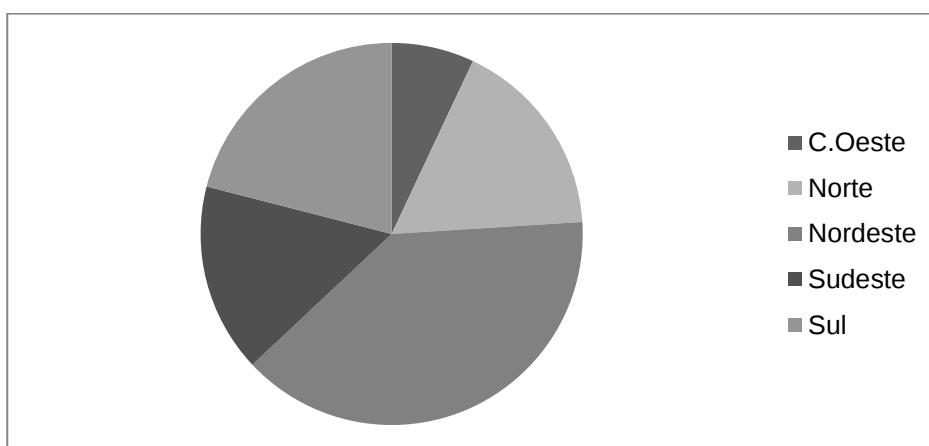
Entre os anos de 2010 a 2012 evidencia-se o crescimento expressivo dos recursos destinados ao programa, sobretudo em 2012. Tal crescimento é reflexo do lançamento do programa Brasil Sem Miséria em 2010 pela ex presidenta Dilma Rousseff (IPEA, 2015). Entretanto, em 2013, houve decréscimo nos investimentos que pode ser explicado em primeiro lugar pela deflagração da operação da Polícia Federal Brasileira denominada “Agrofantasma”, que investigou supostas irregularidades e desvios nas operações da Conab e em segundo lugar por causa dos atrasos nos pagamentos aos agricultores familiar. As acusações contra os servidores e agricultores familiares eram de que estava havendo a emissão de notas fiscais “fantasmas” que se caracterizam como desvio de recursos, mas o que realmente acontecia era a troca de produtos. Por exemplo, se um agricultor cadastrado para entregar batata doce não conseguia produzir, ele entregava a mesma quantidade de macaxeira, o que garantiria que não ficasse sem renda, nem as instituições sem os produtos (PAULA *et al.*, 2017). A operação impactou a execução do programa naquele ano e implicou na revisão de alguns procedimentos operacionais e de mecanismos de controle (IPEA, 2015).

A partir de 2016 já era possível observar uma queda nos recursos destinados ao programa, em 2017 o valor (R\$191.335,000) alocado foi mais baixo que em 2006 (R\$200.667,000) e essa queda pode ser explicada pelo *impeachment* sofrido pela ex presidenta Dilma Rousseff seguido da alteração do seu plano de governo. O golpe que feriu

gravemente a democracia brasileira e todas as reformas propostas pelo governo interino fazem parte de uma agenda neoliberalista do governo do presidente interino Michel Temer que representa unicamente os interesses da elite em detrimento da classe trabalhadora. A reforma trabalhista, a terceirização do trabalho e a reforma da previdência impactam negativamente na população brasileira, sobretudo, na população rural, pois aumentam a exploração da força de trabalho e diminui os direitos sociais da mesma. Além disso, programas como o PAA estão em risco, pois cada vez mais os recursos destinados para políticas de segurança alimentar e nutricional estão diminuindo como foi observado no gráfico I (PAULA *et al.*, 2017).

O gráfico 2 ilustra a distribuição de recursos do PAA por região em 2017, ano no qual houve menor alocação de recursos da história do programa. O Nordeste (39%) foi a região que mais recebeu recursos, seguido do Sul (21%), Norte (17%), Sudeste (16%) e Centro-Oeste (7%).

Gráfico 2 – Distribuição dos recursos do PAA por região em 2017



Fonte: CONAB, 2017.

Embora a porcentagem varie a cada ano, as regiões Nordeste e Norte em 2017 somaram 56% na execução dos recursos, mais da metade do orçamento, uma vez que essas regiões foram elencadas como prioritárias para recebimento dos recursos em consonância com as deliberações do Grupo Gestor do PAA (GGPAA) pois são regiões onde a desigualdade de renda é mais expressiva (BRASIL, 2017).

Na tabela 1 verifica-se a evolução do PAA quanto ao número de agricultores familiares produtores, pessoas que recebem os alimentos e os alimentos adquiridos em quilograma pelo programa. De 2003 a 2016 o número total de agricultores produtores foi de 1.705.815 milhão, 376.774.887 milhões de pessoas atendidas e 4.757.693.184 bilhões de quilos de alimentos adquiridos pelo programa. Em 2012 observa-se o pico do programa com cerca de 185 mil agricultores, 22 milhões de pessoas atendidas e 529 milhões de quilos de

alimentos adquiridos pelo PAA. Entretanto, em 2017 o número de agricultores produtores, cerca de 31 mil produtores, foi mais baixo que em 2003 (42 mil), ano de criação do programa e quanto as pessoas atendidas e alimentos adquiridos observa-se também uma redução considerável se comparado ao ano de 2012.

Tabela 1 – Programa de Aquisição de Alimentos: Número de produtores, pessoas atendidas pelo programa e alimentos adquiridos. Brasil, 2003 – 2016.

Ano	Agricultores fam. participantes	Pessoas Atendidas	Alimentos Adquiridos (Kg)
2003	42.077	226.414	136.864.000
2004	68.576	4.261.462	339.925.000
2005	87.292	6.450.917	341.755.000
2006	147.488	10.700.997	466.337.000
2007	138.900	14.512.498	440.837.000
2008	168.548	15.407.850	403.155.000
2009	137.185	13.028.986	509.955.000
2010	155.166	18.875.174	462.429.000
2011	160.011	20.976.657	517.921.881,11
2012	185.979	22.518.088	529.033.665,51
2013	96.912	10.983.793	210.175.457,02
2014	113.727	202.012.657	336.155.540,63
2015	95.871	13.411.97	289.827.179,98
2016	76.896	16.510.504	133.909.940,11
2017	31.187	6.989.692	59.115.822
Total	1.705.815	376.774.887	4.757.693.184

Fonte: BRASIL, 2017.

É possível observar o crescimento do programa de 2003 a 2012, embora os principais entraves tenham sido: a burocracia, falta de comprometimento dos municípios e estados com a operacionalização do programa e problemas de logística como atraso na liberação de recursos (DE PAULA *et al.*, 2017). A partir de 2013, observa-se a redução do número de agricultores produtores e consequentemente do número de pessoas atendidas e a quantidade de alimentos adquiridos. Essa queda pode ser explicada por dois fatores já citados: operação

“Agrofantasma” e atraso nos pagamentos dos agricultores. A queda prosseguiu e entre o ano de 2015 e principalmente o ano de 2016 o programa contava com apenas 95 mil e 76 mil agricultores familiares produtores, respectivamente. Nos últimos cinco anos (2012-2017), o número de agricultores cadastrados diminuiu expressivamente, chegando a ter, em 2017 menos profissionais do que no primeiro ano de implantação do programa (HESPANHOL *et al.*, 2013).

O caráter inovador do PAA de gerar renda diretamente na propriedade sem a necessidade de endividar e deixar o agricultor na subordinação total ao mercado capitalista de *commodities*, fez o programa receber ataques de setores do agronegócio (DE PAULA *et al.*, 2017). Outro grande problema para a expansão do PAA é o descompromisso dos estados, distrito federal e municípios de operacionalizar, incentivar e aumentar as demandas para o programa. E os grandes cortes de recursos observados em 2016 e em 2017 sinalizam uma possível desestruturação e consequentemente extinção do PAA (DE PAULA *et al.*, 2017; GRISA *et al.*, 2011).

6.2.2 Influência do PAA na condição de vida dos agricultores familiares fornecedores

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um marco em políticas públicas de desenvolvimento rural associado com a promoção de segurança alimentar e nutricional (SAN). Visto nacional e internacionalmente como inovador, o PAA serve de inspiração para países da África como Etiópia, Níger, Moçambique e países da América Latina como Bolívia, Colômbia, Equador, entre outros. Segundo as Organizações das Nações Unidas (ONU), os projetos de erradicação da fome como o PAA colocam o Brasil como referência para diversos países. O quadro 3 evidencia os estudos realizados entre 2008 e 2017 em vários estados brasileiros sobre o PAA e sua influência nas condições de vida do público alvo. É possível verificar que na maioria dos estudos houve aumento da renda familiar e do consumo alimentar. Além do fortalecimento da agricultura familiar, incentivo as práticas agroecológicas, aumento da autoestima dos(as) agricultores familiares, entre outros.

Quadro 3 - Levantamento de estudos realizados sobre o Programa de Aquisição de Alimentos e sua influência nas condições de vida das famílias beneficiadas.

Autor/ano	Local de estudo	Metodologia	Característica da população	Resultados
Deser (2008)	Região: Nordeste Estados: Bahia, Pernambuco e Ceará	Delineamento: Estudo de caso. Entrevista com vários atores envolvidos no PAA	Representantes da: - Companhia Nacional de Abastecimento - Secretaria Estadual da Agricultura e do Desenvolvimento Social - Conselho Estadual de Segurança Alimentar - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar no Brasil. - Movimento dos Trabalhadores Rurais. - Agricultores familiares.	- Aumento da produção. - Diversificação da produção. - Melhoria dos alimentos para comercialização e autoconsumo familiar. - Incentivo as práticas agroecológicas. - Resgate e valorização de produtos tradicionais. - Capacitação profissional. - Segurança da comercialização. - Aumento da renda familiar. - Melhoria na qualidade da vida.
Santos <i>et al.</i> (2012)	Estados: Minas Gerais e Bahia	Delineamento: Estudo de caso. Aplicação de questionários.	449 Agentes Técnicos de Extensão Rural dos Estados de Minas Gerais e Bahia	- Ampliação da renda familiar. - Aumento do volume de produção e diversificação da produção de alimentos. - Fortalecimento da agricultura familiar. - Diminuiu a insegurança alimentar.

Continua.

Cont. do Quadro 3

Silva <i>et al.</i> (2013)	Estado: Paraná Município: Copanema	Delineamento: Estudo de caso. Entrevista semiestruturada constituída de questões abertas e fechadas	12 agricultores familiares associados à cooperativa	- Aumento da renda familiar. - Diversificação da produção. - Especialização para agroindustrialização. - Melhoria na qualidade de vida da família no sentido financeiro e social.
Mota <i>et al.</i> (2014)	Estado: Sergipe Município: Indiaroba	Delineamento: Estudo de caso. Observação direta e entrevistas abertas e semiestruturadas.	36 mulheres extrativistas autodesginadas “catadoras de mangaba”	- Aumento da renda familiar - Aumento do consumo alimentar. - Aumento da autoestima.
Araujo <i>et al.</i> (2017)	Estado: Acre Município: Município de Feijó.	Delineamento: Estudo de caso. Entrevistas semi estruturadas.	Indígenas Asheninkas beneficiários fornecedores.	- Potencialização da atividade econômica local. - Incentivo à produção - Acesso a bens de consumo - Aumento da variabilidade alimentar.

Fonte: SOUZA, T. A.S., 2018

Embora ainda haja barreiras para a ampliação e operacionalização do PAA, são notáveis os impactos positivos nas condições de vida para o público alvo. Os estudos de casos de Deser (2008), Santos *et al.* (2012), Silva *et al.* (2013) e Mota *et al.* (2014) nos estados de Pernambuco, Ceará, Bahia, Minas, Paraná e Sergipe respectivamente mostram o aumento de renda dos agricultores familiares beneficiários. Além do aumento de renda observou-se a potencialização da atividade econômica local fortalecendo os circuitos locais e regionais. Reflexo do aumento de renda, o aumento do consumo alimentar pelas famílias beneficiadas foi verificado em todos os estudos levantados. Araujo *et al.* (2017) aponta que o aumento de renda dos agricultores familiares repercute principalmente no aumento do consumo alimentar. E os agricultores

familiares passaram também a variar os alimentos e também a produzir alimentos variados diminuindo a prática da monocultura (ARAÚJO *et al.*, 2017). A variação na produção dos alimentos e consequentemente a variação também do consumo alimentar além de estimular práticas saudáveis e de respeito ao meio ambiente também resgata práticas, hábitos e costumes fortalecendo a cultura popular.

O programa também contribui com o incremento da a autoestima e empoderamento do público alvo, principalmente das mulheres agricultoras. Mota *et al.* (2014) pôde verificar em seu estudo de caso com 36 mulheres extrativistas denominadas como “Catadoras de mangaba” que a inclusão dessas mulheres no programa devolveu a dignidade e aumentou a autoestima das mesmas que são desvalorizadas em vários aspectos por serem mulheres pobres, sem terra, muitas vezes negras, líderes de família e com baixa ou nenhuma educação (MOTA *et al.*, 2014).

7 CONCLUSÃO

Através dos achados, é possível observar que entre erros e acertos, comuns a quaisquer governos são inegáveis as tentativas e os avanços do governo do ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da ex presidenta Dilma Vana Rousseff nas políticas públicas e na proteção social, sobretudo, nas políticas públicas de alimentação e nutrição garantindo a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano a Alimentação e Nutrição Adequada (DHANA) da população brasileira.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um dos programas da Estratégia Fome Zero reconhecido nacional e internacionalmente pelo seu caráter inovador e de fortalecimento e valorização da agricultura familiar. Apesar de alguns entraves como a burocratização dos estados e municípios e os atrasos dos pagamentos dos agricultores, o programa evoluiu durante os 14 anos analisados e influenciou positivamente nas condições de vida das famílias beneficiadas, seja aumentando a renda, aumentando e variando o consumo alimentar, e incentivando a economia local.

Tendo em vista os dados apresentados do ano de 2017, a redução de agricultores participantes e os cortes no orçamento inviabiliza a venda de produtos de várias cooperativas, dificulta circuitos locais, fomenta a desestruturação do programa e parece contribuir substancialmente com a piora de indicadores sociais e com o retorno do Brasil para o mapa da fome. Sendo assim, é necessário a reflexão, a organização e o fortalecimento sobretudo da participação social a fim de impedir retrocessos oriundos de governos neoliberais onde o capital parece estar acima do bem estar humano e social.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, M. L. L; KUBO, R. R. Segurança Alimentar e Nutricional e Povos Indígenas: a experiência dos Asheninkas do Alto Rio Envira com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.38, n.132, p195-210, jan/jun.2017.
- ANGULO, J. D.V. **Indicadores e políticas de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e no Peru**. 2014. 169 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos, Viçosa, 2014.
- ASSIS, S. C. R; PIORE, S. E.; FRANCESCHINI, S.C.C. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos Agricultores. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, vol.22, n.2, p.617-626, 2017.
- BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA. II **Conferência Nacional de Segurança Alimentar**: relatório final. Brasília: 2006. 48p.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA**. Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: CAISAN, 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/aceso-a-informacao/institucional/conceitos>. Acesso em: 08 abr. 2018.
- BRASIL. **Estruturando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: CAISAN, 2011
- BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Direito Humano a Alimentação Adequada e Soberania Alimentar**. Brasília: CAISAN, 2010. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2014/direito-humano-a-alimentacao-adequada-e-soberania-alimentar>. Acesso em: 14 abr. 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa Cisternas**. Brasília: 2017. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/aceso-a-agua-1/programa-cisternas>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- BRASIL. MDS. **Cartilha Bolsa Família**. Brasília, Distrito Federal, 2015. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PBF_2015.pdf 43
Acesso em: 28 abr. 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Balanço de avaliação da execução do programa de aquisição de alimentos - PAA de 2003 a 2010**. Relatório Descritivo. Brasília, 2010.
- BATISTA FILHO, M. Da fome à segurança alimentar: retrospecto e visão prospectiva. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol.19, n.3, p. 872-873, jul-ago, 2003.
- BULLOW, M.V; LASSANCE, A. Brasil después de Lula: ¿ Más de lo mismo? **Revista de Ciência Política**, Santiago, v. 32, nº1, p.49-64,2012.

BURITY, V et al. **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010.

CASTRO, J. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro do pão ou aço**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

CALVACANTI, N. T.F; MARJOTTA-MAISTRO, M.C; MONTEBELLO, A.E.S. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014. **NERA**. São Paulo, v. 20, n.40, p-120-150, set, 2017.
COMPARATO, B. K. A ação política do MST. **São Paulo Perspec.** São Paulo, v.15, n..4, p.105-118 out./dez. 2001.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Ações da CONAB em 2003**. Brasília: CONAB, 2003.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Ações da CONAB em 2004**. Brasília: CONAB, 2004.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Ações da CONAB em 2005**. Brasília: CONAB, 2005.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Ações da CONAB em 2010**. Brasília: CONAB, 2010.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: Ações da CONAB em 2012**. Brasília: CONAB, 2012.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos: Ações da CONAB em 2015**. Brasília: CONAB, 2015.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: Resultados das Ações da CONAB em 2017**. Brasília: CONAB, 2017.

CORREIA, R.S. Atuação do Nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar na Região Sul do Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.22, n. 2, p.-563-574, jul 2017.

COTTA, R. M. M.; MACHADO, J. C. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Panam Salud Publica**. Viçosa, vol.33, n.1, p.54-60, 2013.

PAULA, A.M; GÓMEZ, J.R.M; TRACZ, C.A.M. Novo Ciclo Neoliberal no Brasil: Desmontando políticas públicas para a agricultura camponesa. **Pegada**. vol.18, n.1, p.57-88, julho 2017.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS (DESER). **O Programa de Aquisição de Alimentos e sua relação com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política de Comercialização Agrícola no Brasil, entre 2003-07: Uma Avaliação**. Curitiba: Deser, 2008.

FREITAS, M. C. S; PENA, P. G. L. Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. **Revista de Nutrição**. Campinas, v. 20, n.1, p. 69-81, jan./fev., 2007.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The State of Food Insecurity in the World 2014**. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome: FAO; 2014.

GALES, L. F; QUESADA, K. R; OLIVEIRA, M. R. M. Indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional. **Revista Simbio-Logias**, Araraquara, v.2, n.1, p.221-230, maio 2009.

GRISA, C. *et al.* Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Revista Agrícolas**. Rio de Janeiro, v.8, n.3, p.34-41 set. 2011.

GUBERT, M. B.; BENÍCIO, M. H. D.; SANTOS, L. M. P. Estimativas de Insegurança alimentar grave nos municípios brasileiros. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.26, n.8, p. 1595-1605, ago. 2010.

HOFFMANN, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, nº 24, p. 159-172, maio/ago. 1995

HESPANHOL, R.A.M. Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Revista Soc.&Nat.**, Uberlândia, v.25, n.3, p. 469-483, set/dez/2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)**. IBGE, 1999. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_1999_v21_br.pdf> Acesso em: 20 jul. 2018.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: suplemento de segurança alimentar 2004/2009**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

_____. **Agricultura familiar ocupava 84,4% dos estabelecimentos agropecuários**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticiascenso.html?busca=1&id=1&idnoticia=1466&t=agricultura-familiar-ocupava-84-4-estabelecimentos-agropecuarios&view=noticia> Acesso em: 25 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. 2006. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf Acesso em: 20 out. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A trajetória recente do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): uma análise das mudanças normativas e institucionais que deram nova inflexão ao programa**. Brasília, dezembro de 2015.

MITIDIERO, M.A.J; BARBOSA, H.J.N; SÁ, T.H. Quem produz comida para os Brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **Pegada**. João Pessoa, v.18, n.3, p.3-77, set 2017.

KEPPLE, A.W; SEGALL-CORRÊA, A.M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência da Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.16, no.1, 2011.

LEMOS, JOM, MOREIRA PVL. Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição: Um passeio pela História. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**. João Pessoa- PB, v.17, n.4, p. 377-386, 2013.

MONTEIRO, C.A. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n.48, p.7-20, 2003.

MOTA, D.M. *et al.* As Catadoras de Mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: um estudo de caso em Sergipe. **RESR**, Piracicaba-SP, v.52, n. 03, p.449-470, jul/set 2014.

PAES-SOUSA, R.; VAITSMAN, J. The Zero Hunger and Brazil without Extreme Poverty programs: a step forward in Brazilian social protection policy. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 11, p. 4351-4360, nov. 2014 .

PEDRAZA, D. F. **Anemia em crianças e o Programa de Alimentação Escolar no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**. 2004. 200 f. Dissertação (Doutorado em Nutrição) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

PELLOZO, F.G. Programa de Alimentação do Trabalhador: responsabilidade social e estratégia para um ambiente de trabalho saudável. 2016. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação, Ambiente e Sociedade) – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino (PAE), São Paulo, 2016.

PESSANHA, L; VANNIER-SANTOS, C; MITCHELL, P.V. Indicadores para avaliar a Segurança Alimentar e Nutricional e a garantia do Direito Humano à Alimentação: metodologias e fontes de dados. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS., 16., 2008., Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu, 2008, p. 9-20.

PEIXINHO, A. M. L. A Trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003 a 2010: relato do gestor nacional. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 18, n.4. 2013.

PINHEIRO, A.R.O; CARVALHO, M.F.C.C. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social. **Ciência e Saúde Coletiva**. Pelotas, v. 15, n.1, p.121-130, dez 2010.

PINTO, L.C.F. **Segurança Alimentar e Nutricional no Estado de Pernambuco: situação e análise de fatores geográficos e socioeconômicos associados**. 2012. 206f. Tese (Doutorado em Nutrição) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SANTOS, L. M. P; PASQUIM, E. M; SANTOS, S. M. C. Programas de transferência de renda no Brasil: um estudo multidimensional da implementação do Bolsa Escola, Bolsa

Alimentação e Cartão Alimentação. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. Brasília, v.16, n.3, p.1821-1834, nov 2011. DOI: 10.1590/s1413-81232011000300018.

SANTOS, A.R. *et al.*. Agricultura familiar e Segurança Alimentar e Nutricional: análise dos resultados do programa de aquisição de alimentos (PAA doação simultânea) nos estados da Bahia e Minas Gerais. **Cadernos Gestão Social**. Salvador, v.3, n.1, p.9-24, jan/jun 2012.

SILVA, S.P. A. **Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional: Projetos, Descontinuidades e Consolidação**. IPEA, 2015.

SILVA, V. **O Papel do Programa de Aquisição de alimentos – PAA – para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da Cooperativa da Agricultura Familiar Rural Integrada – COOPAFI – de Capanema, PR**. 2013. 206 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná; Paraná, 2013.

SOUSA, A.B. *et al.* Tecnologias Sociais de Convivência com o Semiárido na Região do Cariri Cearense. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.34, n.2, p.197-220, maio/ago. 2017.

VASCONCELOS, F. A. G. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: limites e possibilidades para a garantia do DHAA saudável e sustentável**. Editorial, 2013.

VINHAS, A.L.F. (In) segurança alimentar no Brasil: uma análise das políticas públicas dos governos de Lula. **Revista Colombiana de Geografia**. Bogotá, n.19, p.177-186, 2010.

Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/> Acesso em 24 de Setembro de 2018.

TOMAZINI, C.G; LEITE, C.K. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão? **Revista Sociol.Polit.** Curitiba, v.24, n.58, p.13-30, jun.2016.

YASBEK, M.A. O Programa Fome Zero no Contexto das Políticas Sociais Brasileiras. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, vol.18, n.2, p.104-112, abril 2003.